

CAMPANHA SALARIAL

Começam as negociações coletivas 2026

A primeira rodada de negociação entre o Sinpro/RS e o Sindicato Patronal (Sindiman/RS) foi realizada no dia 5 de março, em Porto Alegre, com a entrega da pauta de reivindicações dos professores e o planejamento do processo de negociação. As reuniões deverão ser semanais.

A pauta de reivindicações foi aprovada pelos professores da educação superior, em Assembleia que ocorreu de forma híbrida no dia 28 de fevereiro, com vistas à renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2026-2027.

NA MESA DE NEGOCIAÇÃO – Entre os principais pontos da pauta de reivindicações dos professores, estão o reajuste salarial de 6%, o adicional de 50% na carga horária para componentes com extensão curricularizada, a destinação de carga horária adicional nas turmas com alunos com deficiência cognitiva e a vedação de contratação de docentes como pessoa jurídica.

De forma inédita, a pauta de reivindicações da educação



Foto: Ascom Sinpro/RS

Professores aprovaram a pauta de reivindicações em Assembleia no dia 28 de fevereiro

superior contempla a atuação institucional na luta contra os feminicídios e na definição de iniciativas contra as mudanças climáticas e em defesa do meio ambiente.

A data-base dos professores da educação superior é 1º de março.

EDITORIAL

Estabilidade e mensalidades acima da inflação

A iniciativa do Sinpro/RS e dos demais sindicatos de trabalhadores das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices) de reivindicarem um reajuste de 6% é expressão da convicção de que o cenário da educação superior é positivo e com perspectivas animadoras de continuidade de evolução.

Para isso, contribui fundamentalmente a conjuntura econômica do país. Vivemos em um quadro de estabilidade, apesar de todas as adversidades impostas pela absurda taxa de juros – Selic de 15%, e das nocivas iniciativas tributárias e bélicas do governo Trump, que a todo momento atormentam o mundo.

A política das Ices de reajustarem as mensalidades a serem pagas pelos estudantes, na média, em 7,14% expressa bem essa avaliação, o que, aliás, tem sido verbalizado pelos próprios gestores nas saudações às comunidades acadêmicas neste início das atividades letivas.

Para além da expectativa de um reajuste salarial que não se limite a repor a inflação do período anterior, a qual não deverá transcender os 3,5%, a negociação deverá

contemplar alguns aspectos que marcam a atividade docente na educação superior, impondo mais trabalho e criatividade aos professores. Como é o caso do atendimento diferenciado a um número crescente de estudantes com deficiência cognitiva, a atuação nas disciplinas extensionistas e a definição de parâmetros e remuneração do atendimento dos estudantes em regime especial.

A essas questões, os sindicatos acrescentaram neste ano, também, duas reivindicações de engajamento institucional na luta contra os feminicídios, e na luta em defesa da preservação do meio ambiente e contra as mudanças climáticas.

Partem do pressuposto de que as Ices são entidades de credibilidade, autoridade e inseridas em suas localidades locais e regionais, das quais se espera que, além da formação profissional, contribuam na formação de consciência social e moral, que defendam a vida, a dignidade e a própria sobrevivência da espécie humana.

Direção Colegiada

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COMUNITÁRIA PARA CCT 2026/2027

- 1 – Reajuste Salarial
6% (INPC mais aumento real), a partir de março de 2026.
- 2 – Vedação da contratação de professores como pessoa jurídica.
- 3 – Desconto de 50% nas mensalidades para os professores da instituição nos cursos de graduação.
- 4 – Disciplina em regime/atendimento especial, tutoria ou no formato de estudo dirigido.
Limitada a quatro alunos por disciplina e remunerada na razão de metade da carga horária do componente curricular semanal, a ser paga no mês subsequente ao trabalho realizado.
- 5 – Adicional de 50% na carga horária para os componentes com extensão curricularizada.
- 6 – Pagamento da primeira parcela do 13º até dia 05 de agosto de 2026.
- 7 – Pagamento de 70% do valor da hora-aula básica da instituição para os mediadores pedagógicos, garantindo como valor mínimo o piso salarial da categoria.
- 8 – Destinação de uma hora-aula adicional, por turma, com alunos com deficiência cognitiva e/ou mental, a partir da identificação e orientação das instituições.
- 9 – Pagamento da produção de materiais para ensino a distância em folha de pagamento.
- 10 – Feriados, férias e recesso
 - 20/04/26 – Pré-feriado de Tiradentes.
 - 05/06/26 – Pós-*Corpus Christi*.
 - 13/10/2026 (antecipação do feriado do Dia do Professor).
 - Indisponibilidade de uma semana em julho para o trabalho (de 20/07 a 03/08) e do dia 21/12/2026 a 03/01/27.
 - Concessão de férias entre 04/01/2027 e 14/02/2027.
- 11 – Direito a licença-maternidade/paternidade para casais homoafetivos por ocasião de adoção de criança.
- 12 – Compromisso das Ices de promoção de atividades acadêmicas contra o feminicídio.
- 13 – Compromisso das Ices para a definição de protocolos internos de sustentabilidade regulamentando práticas energéticas, hídricas e gestão de resíduos.
- 14 – Desconto de 3,5% de Contribuição Assistencial/ Taxa Negocial de todos os professores empregados e abrangidos pela CCT.
- 15 – Manutenção das demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT/2025).

As Instituições Comunitárias de Educação Superior vão bem
Só falta melhorar para os professores



Está na hora de dividir melhor esse bolo.

A economia vai bem; a crise na educação superior ficou para trás; os índices de reajuste aplicados pelas instituições de ensino nas mensalidades superam, em muito, a inflação. Só falta este bom momento chegar também para quem ensina.

Neste mês, iniciaram-se as negociações salariais com os sindicatos patronais. Acompanhe todos os acontecimentos em sinpro.rs.org.br e vamos fazer acontecer.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão